



Convite à apresentação de proposta no âmbito do Ajuste Directo n.º 001/2015

Aquisição de Serviços de Apoio às instalações da ETG

1. - Entidade Adjudicante

A Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M., sita na Rua da Feiteira, n.º10, 4750-001 Abade de Neiva Barcelos, pessoa colectiva n.º 504635417, com o contacto de correio electrónico para aprovisionamento@etgbarcelos.com, convida V. Ex.ª a apresentar proposta no âmbito do ajuste directo para **Aquisição de Serviços de Apoio às instalações da ETG.**

2. - Decisão de contratar

Informa-se que a decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração, no dia **30 de janeiro de 2015.**

3. - Elementos da Proposta

A proposta deve indicar os seguintes elementos:

- a. Descrição dos serviços a prestar de acordo com o objecto do presente Ajuste Directo;
- b. Preço total;
- c. Outros documentos que sejam considerados pertinentes.



4. – Documentos da Proposta

Na proposta o concorrente deverá manifestar a sua vontade de contratar e indicar as condições em que se dispõe a fazê-lo. Para tal, terá de apresentar a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, que acompanha este convite.

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5.- Prazo para apresentação da proposta

A proposta deve ser apresentada até às 17.00h do dia **13 de fevereiro de 2015**.

6.- Modo de apresentação da proposta

A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue através de qualquer meio de transmissão escrita e electrónica de dados, podendo ser enviada para o endereço de correio electrónico aprovisionamento@etgbarcelos.com ou para o fax com o número 253 808 299.

7.- Prazo de validade da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a respectiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8. – Prestação da Caução

Não é exigida a prestação da caução, nos termos do artigo 88.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos;

9. – Contrato Escrito

O contrato deve ser reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.

10. – Documentos de habilitação

Em caso de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados, os documentos de habilitação que forem solicitados pela Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, ou, em substituição, indicar o endereço do sítio

onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

11. Supressão de Irregularidades nos documentos de habilitação

11.1 Em caso de não apresentação dos documentos de habilitação exigidos ou por irregularidades detectadas nos documentos apresentados, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

11.2 Quando as situações ocorridas se verifiquem por facto não imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Com os melhores cumprimentos,

O Conselho de Administração da EMEC, E.M.


EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
CULTURA DE BARCELOS
ESCOLA DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE
BARCELOS

Rua da Feiteira, n°10 4750-001 Abade de Neiva
NIF: 504 635 417

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória. (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º